

# **POLÍTICAS PÚBLICAS DE AÇÕES AFIRMATIVAS E A LEI 10.639/2003 ENTRE A FORMULAÇÃO E AS PRÁTICAS NAS ESCOLAS DO RECIFE**

**Autora:** CARMEM DOLORES ALVES

## **Introdução**

O artigo tem como finalidade realizar reflexões acerca das Políticas Públicas Educacionais de Ações Afirmativas, dirigidas para as relações étnico-raciais, em especial a Lei 10.639/2003. No estudo são consideradas duas dimensões: formulação e materialização, destacando as formas de intervenção do Estado na aplicabilidade dessa política e o processo de efetivação da Lei nas escolas do Recife, a partir da ação da gestão escolar. As questões aqui suscitadas integram um projeto de pesquisa mais amplo, que se encontra em desenvolvimento e levantamento de dados.

Historicamente a exclusão socioeconômica, cultural e identitária dos negros e afrodescendentes passou a compor o cenário nacional, seja no Congresso Nacional, na mídia, na educação, entre outros, tornando-se uma das prioridades do Governo brasileiro. Esse tem sido o mote do discurso oficial, respaldado em diversos instrumentos legais, como leis, ministérios, secretarias, políticas públicas e diversas ações. As medidas representam avanços, principalmente na luta contra o racismo.

A ampliação da discussão sobre políticas afirmativas vai além das cotas nas Universidades Públicas. Ações afirmativas são medidas especiais e temporárias, tomadas ou determinadas pelo Estado, espontânea ou compulsoriamente, com o objetivo de eliminar desigualdades historicamente acumuladas, garantindo a igualdade de oportunidades e tratamento, bem como de compensar perdas provocadas pela discriminação e marginalização, decorrentes de motivos raciais, étnicos, religiosos, de

1

gênero e outros. Portanto, as ações afirmativas visam combater os efeitos acumulados em virtude das discriminações ocorridas no passado.<sup>1</sup>

Nosso recorte prioriza discutir a Lei 10.639/03 enquanto uma política afirmativa de caráter reparativo. O debate acerca das relações étnico-raciais e políticas educacionais têm despertado o interesse de pesquisadores. A ação dos governos nas diversas instâncias é alvo de estudos nas universidades, centros de pesquisa, organizações não governamentais, entre outros.

Nesse cenário, as políticas de cunho específico, como as voltadas para as relações raciais, apresentaram novas configurações. Assistimos hoje, a uma transformação no modo como são entendidas e postas em prática, suas formulações estão relacionadas a novas concepções e reestruturação do Estado e da sua administração.<sup>2</sup>

Nosso olhar está vinculado a um amplo debate e foi concebida pontuando algumas reflexões que permeiam o estudo e partem das seguintes indagações: como o Estado vem atuando para efetivar as políticas de ações afirmativas? Quais as ações do poder local para aplicabilidade da Lei 10.639/2003? Como tais ações vêm se materializando nas escolas do Recife? Qual o papel da equipe gestora nesse processo? Quais os limites e possibilidades dessa materialização. Nesse processo de questionamentos e reflexões, estamos assumido uma postura investigativa visando analisar e buscar respostas para as questões levantadas.

Evidencia-se, ainda, a importância dessa pesquisa, à medida que a repercussão da Lei é políticas, à medida que, visa reparar danos históricos, sociais entre outros, sofridos pela população negra ao longo da construção da nação brasileira. A repercussão pedagógica amplia a estrutura curricular, apontando as diversas vertentes do conhecimento sobre a história da África e a cultura afro-brasileira.

Nessa trilha, é de fundamental importância a efetivação de direitos sociais, pressupondo a formulação de novos conceitos, sendo inevitável a contribuição da academia e da

---

1 Referimo-me a GTI, 1997; Santos, 1999; Santos, 2002 p, 22

2 Refiro-me a GTI, 1997; Santos, 1999; Santos, 2002 p, 58

ciência. Nessa Perspectiva, elegemos como objeto de pesquisa as Políticas de Ações Afirmativas e a materialização da lei 10.639/03 nas Escolas da Rede Municipal do Recife, investigando possibilidades e desafios no processo de materialização. A proposição está vinculada a um olhar para as formulações das políticas da Secretaria de Educação da Prefeitura do Recife, que em sua proposta pedagógica vem introduzindo elementos de uma educação não-sexista, anti-racista e não-homofóbica.

O debate sobre políticas afirmativas e educação pressupõe uma contextualização, enfocando as desigualdades socioeconômicas, raciais e os aspectos ideológicos.

### **Referencial teórico**

Na perspectiva de construção de um referencial teórico abordaremos reflexões acerca de algumas categorias. O racismo institucional se revela através de mecanismos, de instituições públicas, explícitos ou não, que dificultam o fim da desigualdade entre negros e brancos. Pode ser visto ou detectado em processos, atitudes e comportamentos que contribuem para a discriminação por meio de preconceito intencional ou não, ignorância, desatenção e estereótipos racistas que prejudicam determinados grupos étnico-raciais.<sup>3</sup>

O racismo tem comprometido a idéia de pertencimento, esse processo está no centro do debate das políticas de ações afirmativas, visto que a dificuldade de classificação tem dificultado a materialização de ações de cunho específico. Essa dificuldade de classificação racial tem beneficiado forças políticas contrárias as políticas raciais, argumentando a necessidade de políticas de combate à pobreza em detrimento de políticas raciais.

A construção da identidade negra não é possível sem colocar no ponto de partida a questão da autodefinição, ou seja, da auto-identificação com os membros do grupo em contra posição com a identidade dos membros de outro grupo “alheio”. “Essa identidade, que é sempre um processo e nunca um produto acabado, não será construída

---

3 PNUD. Rel. de desenvolvimento humano Brasil 2005, p 78

no vazio, pois seus constitutivos são escolhidos entre os elementos comuns aos membros do grupo: Língua, história, território, cultura, religião, situação social.<sup>4</sup>

A escola como promotora de direitos vai além de um espaço específico de formação inserida num processo educativo, encontramos mais do que currículos, testes escolares, regimentos, provas, e conteúdos. Deparamo-nos com diferentes identidades e realidades que se cruzam, pode-se considerar, então, como um dos espaços que supostamente deveria garantir a construção da identidade negra. Afirmar a não existência do racismo na escola, é favorecer o processo de exclusão sócio-racial. Essas práticas, repletas de valores e representações negativas sobre o negro, resultam, muitas vezes, na introjeção do fracasso e na exteriorização do mesmo pelos alunos e alunas, expresso numa relação de animosidade com a escola e com o corpo docente.<sup>5</sup>

### **Proposta Metodológica**

A metodologia se constitui em uma etapa de fundamental importância para efetivação de um projeto de pesquisa, na análise detalhada do objeto optamos pela abordagem qualitativa. Nesta visão, o entendimento de que a escola é um espaço dinâmico e não pode ser vista de forma isolada e única. No processo de inquirição adotamos a teoria de Michel Certeau, pelos estudos do cotidiano escolar que, através da abordagem etnográfica facilita entender e interpretar a fala e depoimento dos autores sociais em seu contexto e analisar conceitos em livros, textos e documentos em direção a uma visão sistêmica da temática em estudo, que possibilitará o uso de diversas estratégias como: observações, entrevistas, questionários e análise documental.

A etnografia como abordagem investigativa acrescenta contribuições ao campo da pesquisa qualitativa, que se interessa pelo estudo das desigualdades e exclusões sociais. Deste modo, o estudo das relações na escola e a materialização da Lei 10.639/03, não é vista como um mero estudo, mas como um sistema de significados mediadores entre as

---

4 MUNANGA, K, Rediscutindo a mestiçagem no Brasil 200 p.22

5 OLIVEIRA, Cynthia Bisinoto Evangelista de. Psicologia Escolar e a relação família p,

estruturas sociais e a ação humana; segundo, por introduzir os atores sociais com uma participação ativa e dinâmica no processo modificador das estruturas sociais.

O trabalho de pesquisa será realizado tendo como primeiro momento o estudo teórico sobre as categorias a serem utilizadas. O segundo momento já definido é o campo empírico composto da Rede Municipal de Ensino da Cidade do Recife, onde será analisando quatro escolas distribuídas por RPAS (Região política administrativa), os sujeitos investigados são a equipe gestoras das referidas escolas. Os instrumentos para a coleta de dados são observação participante e a entrevista semi-estruturada. A observação participante consiste é um bom recurso metodológico o campo das atividades escolares, pelo fato de possibilitar inserção nas práticas e representações vivenciadas nas relações étnico-raciais.<sup>6</sup> Esse processo nos dá condições de não apenas descrever, mas acima de tudo, interpretar as situações cotidianas, assumindo a realidade, acompanhando com maior proximidade o processo de investigação.

### **Considerações Finais**

5

Nos diálogos estabelecidos na construção do texto, apresentamos algumas reflexões a partir das políticas de ações afirmativas, da Lei 10.639/03 e do papel da escola nesse processo, analisando as possíveis contradições que se apresentam no debate nacional, dentro do contexto das políticas educacionais.

As reflexões iniciais são as bases estruturais da pesquisa e apontam: Primeiro, o Estado historicamente perpetuou o racismo institucional principalmente, na educação, levando o negro e seus descendentes a serem excluídos parcialmente do processo educativo. A Lei 10.639/03, embora discutida no campo das políticas afirmativas, pertence ao campo das políticas valorativas.

A escola tem responsabilidade social para construção das relações raciais, apresenta contradições ao reproduzir as desigualdades. Nessa perspectiva, é necessária a construção de novos conceitos que possibilitem a inclusão da Lei como prática cotidiana.

---

6 GIARD, Luce. História de uma pesquisa. In: CERTEAU, Michel p, 25

## Referências

MUNANGA, Kabengele. Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

HALL, Stuart. A identidade Cultural na pós modernidade. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro, DP&A, Rio de janeiro: 2006

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: as artes de fazer**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

GOMES, Nilma Lino. Educação, raça e gênero: relações imersas na alteridade. Cadernos Pagu. São Paulo, n. 6-7, p. 67-82, 1996.

BRASIL. Lei 10.673 de 23 de maio de 2003. Dispõe sobre a criação da Secretaria Especial de Políticas de Promoção de Igualdade Racial.

ANDREWS, G. Negros e brancos em São Paulo: 1888-1988. São Paulo: Edusp, 1998.

JACCOUD, Luciana de Barros, BEGHIN, Nathalie. Desigualdades raciais no Brasil,

OLIVEIRA, Inês Barbosa de. Certeau e as artes de fazer: as noções de uso, tática, e trajetória na pesquisa em educação. In: OLIVEIRA, Inês Barbosa de & ALVES